

Resenha

A Globalização sem Armadilhas

Martin, Hans Peter; Schumann, Harald. (1998). *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. São Paulo: Globo, 2ª ed., 352 pp.

Sérgio Eduardo Montes Castanho*

Hans-Peter Martin e Harald Schumann são o que se pode chamar de profissionais bem-sucedidos no mundo globalizado. Com uma boa formação acadêmica – Martin é doutor em direito por Viena, tendo estudado na Califórnia, e Schumann é engenheiro por Berlim, – ambos dedicam-se ao jornalismo, militando no prestigioso semanário alemão *Der Spiegel*. Outra coincidência: ambos estão desde 1986 no *Der Spiegel*, Martin como correspondente internacional (trabalhou inclusive no Brasil), Schumann no escritório berlinense da revista. São ambos também autores de livros, Martin com seu sucesso editorial *Bittere Pillen* (“Pílulas amargas”), Schumann com *Futtermittel und Welthunger* (“As forragens e a fome mundial”). A parceria entre ambos vem já de dez anos, com a elaboração conjunta de relatórios e reportagens especiais. Em 1995 Hans-Peter Martin participou, como um dos três únicos jornalistas de todo o mundo admitidos na condição de observadores, do encontro das quinhentas maiores lideranças empresariais, políticas e científicas do planeta. A reunião, que contou com a presença de Mikhail Gorbachev, na qualidade de anfitrião (os empresários haviam-lhe proporcionado uma sede, no desativado Presídio de San Francisco, para a Fundação Gorbachev), e de George Bush, George Schutz e Margaret Thatcher, teve lugar no faustoso Hotel Fairmont, em San Francisco, Califórnia, Estados Unidos, de 27 de setembro a 1º de outubro de 1995.

Esse encontro é o ponto de partida do livro, fornecendo material para seu primeiro capítulo. Denominado “A sociedade 20 por 80: dirigentes mundiais rumo a uma nova civilização”, o capítulo de abertura alude a uma nova conjuntura social em que apenas 20% da população estarão empregados. Os restantes 80% ficarão à margem da sociedade. Que fazer com essa multidão? Zbigniew Brzezinski, ex-assessor de Segurança Nacional do governo Jimmy Carter, cunhou a expressão *Tittytainment*, um neologismo composto de *tits* (gíria para “tetas”) e *entertainment* (entretenimento), querendo significar o tradicional “pão e circo”, sendo que pão é substituído por leite (daí “tetas”) e circo por entretenimento. Salários próximos de nada, suficientes apenas para não morrer, e alguma diversão, o míni-

* Sérgio E. M. Castanho é doutor em Educação e professor de História da Educação na Faculdade de Educação da Unicamp.

mo para ocupar o espírito, realizarão a previsão de Marx do achatamento do valor do trabalho ao mínimo e da função da ideologia para inculcar a visão da classe dominante.

Seriam os autores marxistas? Nem de longe. O lugar de onde falam é o capitalismo avançado, na sua versão keynesiana. Politicamente, seu modelo é a democracia liberal no registro providencialista do *Welfare State*, o Estado do Bem-estar. A globalização, que denunciam como nefasta à democracia, não é, para Martin e Schumann, um processo estrutural, natural e necessário, mas uma política conjuntural, que, assim como veio, pode ser removida, desde que as autoridades e as lideranças empresariais disso se conscientizem e juntem suficiente “vontade política” para a afastar. A ideologia que sustenta a integração global é o neoliberalismo. Quem põe essa ideologia a circular é uma nova categoria de intelectuais orgânicos – para usar uma linguagem gramsciana, que nada tem a ver com o ponto de vista da obra, – a saber, a dos consultores empresariais. Os autores se assustam com a destruição do Estado Nacional, ao qual competia a promoção da justiça social, e se inquietam com a provável rebelião da classe média amedrontada com o espectro do rebaixamento social. Pintado esse quadro, apontam o caminho: “A tarefa mais nobre dos líderes democráticos, no limiar do século 21, será restaurar o Estado e restabelecer o primado da política sobre a economia” (p. 22).

Não se trata de obra com grande fôlego teórico. Também não é esse o propósito dos autores. Trata-se, sim, de trabalho jornalístico, com uma quantidade espantosa de informações. O segundo capítulo – “Tudo em toda parte: o impacto da globalização e a fragmentação social” – é uma descrição do mundo contemporâneo no estilo mosaico. A cultura globalizada, gerada nos estúdios da Disney, leva a um gigantesco império. Tudo que é sólido desmancha-se no ar. As coisas são e deixam de ser. Não adianta um telespectador ter 500 canais de televisão ao alcance de seu controle remoto. Todos os canais falam a mesma linguagem, significando as mesmas coisas. A urbanização é uma realidade planetária. Chengdu, cidade chinesa com 3,8 milhões de habitantes, não é conhecida no Ocidente. Esses imensos conglomerados se globalizam, mas não se integram na realidade. Um enorme vazio toma conta de solitários cidadãos do universo. A renda hiperconcentrada (358 bilionários detêm a mesma riqueza que 2,5 bilhões de pessoas, quase a metade da população mundial), faz dessas cidades apenas “fortalezas” do capitalismo global, onde as pessoas se confinam e segregam. Hordas de migrantes caminham pelas estradas do mundo. “Chegamos”, dizem os autores, “à encruzilhada de dimensões globais”, onde se vive a perspectiva de “decadência, destruição ecológica e degeneração cultural” (p. 47). Que fazer? A essa típica pergunta política (de extração leniniana), Martin e Schumann não dão uma resposta imediata, mas seguem com sua análise para ver se as soluções brotam de dentro da própria realidade investigada com seu faro jornalístico.

No terceiro capítulo – “Ditadura com responsabilidade limitada: o jogo de bilhar no mercado financeiro mundial” – os jornalistas-escretores desfilam as contas de um rosário que conhecemos dos noticiários mas nem sempre juntamos num todo coerente: as vicissitudes do mercado financeiro mundial. A crise do México de 1995 é revisitada. A intimidade do FMI é revirada. Os Estados Unidos são mostrados como a “mão invisível” que dirige o sistema mundial, líder do G-7, impondo sua política econômica neoliberal ao restante do planeta pela mediação do FMI. O caráter crescentemente abstrato dos negócios – outra antecipação de Marx que os autores desta vez deixam na sombra – é exemplificado com o mercado “a termo” que de início tinha alguma relação com as mercadorias da economia real mas foi-se tornando independente e autônomo. A capitulação da Europa à ditadura das finanças a partir de Washington

é minuciosamente revelada por esses europeus amargurados. A tônica de sua reflexão é a sobreposição do mercado à política. Houve tempos em que se discutia qual a fonte da soberania. Hoje já não há dúvida: o mercado é o novo soberano. Grandes porções da economia ficam por completo fora do controle estatal. Nesse panorama os autores enxergam “traços anárquicos” (p. 89), estudando as chamadas “praças *off-shore*”, paraísos financeiros onde o dinheiro fica fora do controle dos seus Estados originários. Algo como 2 trilhões de dólares gira nos paraísos *off-shore*. Os Estados percebem sua decadência, mas curvam-se ante o novo soberano. O dinheiro mundial é irresistível e todos acabam fazendo o seu pacto com o diabo. O “poder mundial do mercado financeiro” é exercido por uma rede de agências mais ou menos anônimas. Dentre elas há uma que há pouco ficou conhecida do público brasileiro, a *Moody's Investors Service*, com sede em Nova York, que presta serviços de consultoria regidamente pagos a clientes investidores interessados em conhecer a capacidade das diversas economias nacionais de receber investimentos. No caso do Brasil, seu rebaixamento pela Moody's para o mesmo nível do Paraguai foi fatal para a perda de reservas superior a 20 bilhões de dólares no mês que se seguiu à crise deflagrada pela moratória russa, entre agosto e setembro de 1998. Os autores chegam a colocar a questão de uma eventual resistência das pessoas ricas de cada país (isto é, das burguesias nacionais) a esse furacão irracionalista mundial. Mas logo põem o dedo na chaga: essas burguesias estão associadas ao movimento da globalização e, longe de se oporem, pressionam seus governos a adotarem políticas de cunho neoliberal. Quanto à classe média, sofrem algo como um efeito *boomerang*. Foi sua poupança que gerou o excedente de capital financeiro que agora gira pelo mundo e acaba tendo um efeito de desemprego em cada país, ameaçando essa mesma classe que o gerou. Depois da crise russa que arrastou a América Latina e em especial o Brasil, o FMI já admite, ainda que veladamente, a necessidade de “algum controle” sobre o capital volátil. Bem antes disso, os autores – na obra em foco – examinavam algumas possibilidades de administrar o fluxo desvaireado dessas finanças autônomas. Uma delas seria a tributação de 1% sobre toda transferência de divisas, sugerida nos anos 70 pelo economista americano James Tobin, ganhador de um Prêmio Nobel.

No quarto capítulo, denominado “A lei da selva”, Martin e Schumann examinam a “Revolução Ford” que, otimizando as possibilidades da tecnologia informática e da telecomunicação, integrou mundialmente suas unidades que agora operam *on line* no desenvolvimento de produtos, compras e comercialização, evitando qualquer trabalho em duplicata. O resultado é um corte drástico de muitos lugares de trabalho: “Setor por setor, profissão por profissão, o mundo do trabalho passa por um terremoto que não poupa quase ninguém” (p. 139). Os bancos já dispensaram grande parte de seus quadros. Inúmeros prestadores de serviços estão desaparecendo na medida em que as residências passam a contar com computadores com telefone acoplado (modem). Os cortes atingem companhias aéreas e de telecomunicações e o funcionalismo público. Num dos poucos momentos em que se permitem teorizar sobre o assunto, os autores fazem um retrospecto da evolução do capitalismo através dos seus doutrinadores. O ponto de partida é John Maynard Keynes, o papa do Estado do Bem-estar: “Keynes alçara o Estado a investidor financeiro central das economias nacionais, intervindo com correções através dos orçamentos governamentais sempre que o processo de mercado leva a subemprego ou deflação” (p. 153). O ponto de chegada é representado por Milton Friedman, conselheiro de Reagan, e Friedrich August von Hayek, mentor do governo Thatcher, com seu neoliberalismo: “A grande mudança era que o Estado devia limitar-se ao papel de preservador da ordem política e econômica. Quanto mais livres as empresas privadas em seus investimentos e atividades,

tanto maior o crescimento e a prosperidade para todos, prometiam aqueles teóricos” (ibid.). Outra investida dos autores na área da teoria econômica (ou da economia política) são suas considerações sobre a teoria da vantagem comparativa de custos de Ricardo, que ajudou a impulsionar o comércio mundial com a idéia de que a produção de certos itens era mais vantajosa num país do que noutro, o qual por sua vez teria vantagem na produção de outros itens, sendo que ambos ganhariam com o intercâmbio de seus produtos. A teoria ricardiana hoje estaria inteiramente ultrapassada, dizem: busca-se, em lugar de vantagens relativas, a vantagem absoluta. Organizações gigantescas espalham-se por todo o globo. Segundo dados da UNCTAD, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, já existem 40 mil empresas que possuem fábricas em mais de três países; as cem maiores destas contabilizam uma receita anual de 1,4 trilhão de dólares; e enfim, dois terços de todo o comércio mundial são dominados por empresas multinacionais, sendo que a metade de todo esse intercâmbio dá-se entre unidades dentro da própria corporação. Nesse mundo, segundo os autores, já não se pode pensar num “internacionalismo proletário”, como queriam Marx e Engels, mesmo porque os proletários de todos os países competem por oportunidades de trabalho na produção internacionalmente organizada. O que há é um internacionalismo do capital, iniciado nos anos 90 e devendo completar-se de maneira irrestrita até 2020.

A desarticulação do movimento sindical, o caso da Caterpillar que conseguiu impor uma derrota à longa greve (1991-1995) de seus trabalhadores nos Estados Unidos, as estratégias empresariais antitrabalhistas de *downsizing* (diminuição de tamanho), *outsourcing* (terceirização de serviços) e *reengineering* (reestruturação interna), as perdas salariais – estes e outros aspectos de desmontagem do mundo do trabalho nas economias centrais do capitalismo global são tratados a par de processos igualmente selvagens de exploração dos operários em economias periféricas. A transformação de empregados em autônomos e a ampliação do “exército de reserva” são vitórias que o capital vai conseguindo sobre o trabalho. Como diria Machado de Assis, “ao vencedor, as batatas”; ou, como dizem os autores, repetindo frase dos economistas Phillip Cook e Robert Frank, “*The winner takes all*” – o vencedor fica com tudo. Henry Ford, em 1914, pensava que a melhor maneira de criar consumidores para seus carros era pagar bons salários. O famoso Ford “T” custava o equivalente aos salários de três meses dos operários de sua empresa. Hoje, com a globalização, esse raciocínio já não faz sentido. O turbocapitalismo pauperiza as populações tanto na periferia quanto no centro do sistema, inclusive nos Estados Unidos.

No capítulo quinto os autores proporcionam um pequeno “refresco” ao leitor que já começa a se sentir oprimido. Relatando a experiência dos “tigres” asiáticos, Malásia, Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, mostram que, apesar da globalização, o modelo de desenvolvimento não precisa ser uniforme. Os “tigres” não teriam entrado na onda da desestatização. Ao contrário, adotaram políticas que incluem: manipulação de taxas cambiais; participação nacional nas firmas transnacionais; investimento nacional em educação; controle de patentes para transferência de tecnologia; retenção nacional de parte dos excedentes para reinvestimento; e soberania econômica dos governos locais. Mas alegria de leitor em tempo de globalização dura pouco. Logo a seguir os autores mostram o “reverso escuro da medalha” (p. 204) do “milagre asiático”: corrupção, repressão política, agressão ao ambiente, exploração dos trabalhadores.

Por que a economia globalizada é simultânea com tanto desemprego? Os autores enfrentam a “escola liberal das ciências econômicas”, que “encheu bibliotecas inteiras com estu-

dos que procuram provar que os únicos responsáveis pela onda de desemprego são os progressos da tecnologia e dos métodos gerenciais e não as trocas comerciais transnacionais” (p. 213). Para os autores há uma dupla falácia no ponto de vista neoliberal. Primeira: “No mundo real os dois fenômenos estão inseparavelmente interligados, porque o entrelaçamento global proporciona a força de penetração ao progresso técnico que atualmente marginaliza milhões de pessoas” (p. 214). Segunda: “A raiz do problema do desemprego está no velho conflito de distribuição da renda, que é tão antigo quanto o próprio capitalismo” (p. 215).

Depois de examinar a degradação do modelo alemão, a obra ensaia, no final do sexto capítulo, apontar algumas saídas para a crise geral do capitalismo globalizado. No centro das contra-estratégias à degradação estaria a valorização do trabalho. O caráter abstrato da fórmula já trai o idealismo de princípio de seus autores. Mas as propostas “concretas” são ainda mais abstratas, porque anti-históricas: conter, via elevação de tarifas, o consumo de energia elétrica, para tornar “mais lento o avanço da tecnologia e da automação industrial”, o que “aumentaria a demanda da força de trabalho” (p. 225); elevar os custos de transporte que “imporiam novos limites à divisão de trabalho”; encarecer as matérias-primas, proporcionando “aos bens duráveis vantagens de custo em confronto com artigos perecíveis e produtos concorrenciais – em favor do trabalho” (ibid.); ampliar as áreas de investimento estatal; tributação do capital migrante, numa retomada da taxa Tobin. No clássico conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, Marx dizia que as últimas seriam revolucionadas para que as primeiras não fossem estancadas. Os autores pretendem o contrário: conter o avanço das forças produtivas para que as relações sociais não se deteriore. É possível ser mais idealista? Sim, pelo que se lê nos capítulos seguintes.

No capítulo sétimo, preocupados em que o mundo todo venha a se transformar num “imenso Brasil” (sic), os autores apontam para os riscos políticos que isso envolve. A maior das ameaças é contra a democracia, com o crescimento, na classe média, do radicalismo de direita e também do escapismo pacifista, ambos permitindo, por ação ou omissão, a escalada política radical. A pergunta que serve de título ao capítulo oitavo – “A quem pertence o Estado?” – permite aos autores a apresentação dos mecanismos pelos quais as empresas multinacionais sonégam tributos e enfraquecem o poder político nacional. O capítulo nono, “O fim da desorientação”, tem por subtítulo “A saída do beco sem saída”. O beco sem saída seria a globalização, um processo aparentemente tão irreversível quanto o foi a Revolução Industrial na passagem do século XVIII para o XIX. Só aparentemente, dizem os autores. Na verdade, a supremacia do mercado, que levou à globalização e à ruína dos Estados nacionais, pode ser revertida. Basta ter vontade política, que por sua vez pode ser gerada pela tomada de consciência dos autênticos democratas.

Um grande papel, segundo os autores, está reservado à Europa, que pode transformar-se na vanguarda desse retrocesso com sinal positivo. É o de que trata o décimo capítulo, “Dez idéias contra a sociedade 20 por 80”, um decálogo a ser implantado por um sujeito não identificado, “a Europa”. Poucas novidades: União Européia democratizada e atuante; fortalecimento e europeização da sociedade civil; unificação monetária européia; expansão das leis da UE sobre tributação; criação de um imposto sobre o comércio de divisas (taxa Tobin) e sobre créditos em bancos não-europeus; padrões mínimos sociais e ecológicos para o comércio mundial; reforma tributária em âmbito continental; introdução de um imposto europeu sobre bens supérfluos; sindicatos europeus mais combativos; e fim da desregulamentação sem proteção social.

Quais seriam os defeitos dessa plataforma? Basicamente um: não indicar *quem* deve promover essas reformas. Isto é, que classe social, que grupamento, baseado em que interesses? Além disso, a plataforma é muito voltada para a realidade européia. Seria viável na América Latina? Ainda que tudo isso fosse resolvido, o que não daria para ser, restariam outras questões.

É justamente quanto aos desdobramentos da atual crise mundial que se fazem presentes os limites teóricos dos autores. Ao indicarem políticas restauradoras dos Estados nacionais no modelo keynesiano, pretendem um reflorescimento do capitalismo, reeditando os feitos do período posterior à 2ª Guerra Mundial. Em outras palavras, já que o modelo é o mesmo, pode-se supor que os agentes sejam também os mesmos, ou seja, as burguesias nacionais. Existiria nessas burguesias o mesmo ímpeto que as levou à construção do Estado do Bem-estar? Vale dizer: abririam elas mão dos vínculos já criados no processo da globalização contemporânea?

Além dessa questão ligada ao *quem*, existe uma outra ligada ao *quê*. A mudança para trás é historicamente viável? É possível a regressão, numa fase posterior do desenvolvimento capitalista, à fase ou ao modelo anterior?

Parece-me que ambas as questões são marcadas por um equívoco insuperável. No caso do “retorno”, a história da humanidade não parece contemplar nenhum regresso tal como o pretendido pelos autores. Além disso, se tivesse que haver retrocesso (o que é diferente de retorno), isso não se daria freando as forças produtivas e sim impondo aos setores sociais subalternos novos sacrifícios. Só a mudança social estrutural leva a novas relações de produção, que, ao invés de sopitarem, libertam as forças produtivas.

No que diz respeito à questão da subjetividade histórica – “quem será o sujeito das alterações necessárias à superação da crise do capitalismo global?”, – prefiro a posição de Giovanni Arrighi, em *A ilusão do desenvolvimento* (Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1997). Para este autor, na vanguarda do processo de liquidação da atual selvageria do turbocapitalismo, não se encontrarão as envelhecidas burguesias nacionais, mas o jovem proletariado de todo o mundo. Teria também o proletariado envelhecido e “perdido” suas chances históricas de mudança do mundo? Ao contrário. Envolvidos, em todos os países, com lutas que não eram propriamente suas, em frentes amplas lideradas pelas burguesias, – e é bom notar que a própria União Soviética não escapou a isso, pois a acumulação capitalista via Estado não desmente, antes confirma a natureza capitalista da acumulação, – só agora o proletariado se vê liberto dos compromissos com as “revoluções nacionais”. Liberto, arejado, renovado, o proletariado, sem ter que pagar tributo ao nacionalismo como bandeira de luta, talvez possa agora realmente abraçar o internacionalismo que há 150 anos lhe apontavam os comunistas, no célebre *Manifesto*.

As questões apontadas, e as perspectivas críticas aqui traçadas, não devem levar ao desestímulo à leitura dessa obra. Pelo contrário, como painel, mosaico e trabalho jornalístico de levantamento, tem qualidades de sobra para ser lida. E deve ser lida o quanto antes, pois os acontecimentos nesse turbocapitalismo globalizado correm tão célere que daqui a pouco exigirão uma nova reportagem.